

Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica

João Bosco Moura Tonucci Filho^{1*}

¹ Economista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP) e Doutorando em Geografia (UFMG).

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo discutir as possíveis aproximações e distinções entre espaço e território, dois conceitos-chave da geografia crítica, frequentemente utilizados como sinônimos quando pensados como referência à dimensão geográfica dos fenômenos sociais. Para tanto, serão apresentadas e discutidas as concepções de *espaço social* para Henri Lefebvre, de *espaço geográfico* (ou *território usado*) para Milton Santos, e de *território* para Rogério Haesbaert. A partir de uma abordagem comparativa entre as três formulações teórico-conceituais, procura-se apontar as concordâncias e discordâncias entre os autores, e possíveis interseções e distinções entre os conceitos trabalhados. Considera-se que os conceitos de espaço e território, formulados numa perspectiva crítica, são cada vez mais centrais ao entendimento do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: geografia crítica, espaço social, espaço geográfico, território.

1. Introdução: conceitos-chave na geografia crítica

A construção de conceitos é parte indissociável de qualquer esforço teórico de compreensão do real. Para Roberto Lobato Corrêa (1994), a geografia, ciência voltada ao entendimento dos fenômenos de natureza espacial, desenvolveu cinco conceitos-chave: paisagem, região, espaço, lugar e território. Cada um desses conceitos guarda variados significados e é objeto de intensos debates teóricos, conforme a corrente de pensamento a que se filiam e as variadas circunstâncias em que são utilizados.

A geografia crítica – ou radical –, que se desenvolveu intensamente na década de 1970, tem como fundamentação filosófica o materialismo dialético de Marx e Engels. Gestada no contexto de crise urbana e das múltiplas lutas sociais que eclodiram nos anos 60, essa corrente surgiu como reação à crescente hegemonia da nova geografia teórica de cunho neopositivista, cujo foco no estudo descritivo e sistêmico dos padrões espaciais impedia o entendimento dos processos socioeconômicos e ideológicos subjacentes. Sua principal contribuição teórica ao campo da geografia diz respeito à tentativa de integração dialética entre a análise das estruturas e processos espaciais aos processos e relações sociais, alimentada pela perspectiva da transformação social radical (CHRISTOFOLETTI, 1982).

Esse artigo tem como objetivo discutir as possíveis aproximações e distinções entre espaço e território, dois conceitos-chave da geografia crítica¹, frequentemente utilizados como sinônimos quando pensados como referência à dimensão geográfica dos fenômenos sociais. Para tanto, serão apresentadas e discutidas as concepções de

espaço social para Henri Lefebvre, de *espaço geográfico* (ou *território usado*) para Milton Santos, e de *território* para Rogério Haesbaert. A escolha dessas categorias reflete uma circunscrição do início de debate aqui proposto à corrente da geografia crítica de inspiração marxista. Daí a não referência aos outros conceitos-chave na geografia, ainda que as mesmas possam estar subentendidas nas concepções de espaço e território.

Contrariando as teses de desaparecimento da importância do espaço ante o avanço da globalização capitalista, Soja (1989) observa nas últimas décadas do XX uma reinserção da problemática espacial na teoria social crítica. De espaço receptáculo e palco dos acontecimentos, passa-se cada vez mais ao entendimento do espaço como elemento ativo e dinâmico na constituição e transformação da sociedade. Haesbaert (2012) critica a ideia de desterritorialização, apresentada geralmente como decorrente da compressão do espaço e do tempo, da erradicação das distâncias, da fragilização das fronteiras e da crise do Estado-nação, processos associados à globalização e à difusão da comunicação instantânea. Entretanto, para o autor, o enfraquecimento da mediação espacial nas relações sociais esbarra na emergência de novos processos que reenfocam uma base geográfica, como a questão ecológica, o acesso a recursos naturais, a delimitação de novas fronteiras, novos regionalismos etc. Num sentido mais amplo, não se poderia nunca falar-se de um “fim dos territórios”, na medida em que o conceito de sociedade implicaria sempre a sua concomitante espacialização/territorialização.

A despeito do discurso do mundo plano, integrado e homogêneo idealmente promovido pela globalização capitalista, no qual os aspectos geográficos dos fenômenos sociais teria sua importância reduzida, espaço e território são cada vez mais mobilizados como conceitos centrais ao esforço de compreensão do mundo contemporâneo. Daí a importância de se avançar no debate teórico em torno das

* jontonucci@gmail.com

suas definições no âmbito da geografia crítica, campo em foram elaborados de maneira mais avançada e em diálogo com os debates mais amplos das ciências sociais. É o que aqui se propõe.

2. O espaço social para Henri Lefebvre

Edward Soja (1989) discute a importância da obra do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre para o desenvolvimento de uma teoria do espaço ancorada sobre a dialética socio-espacial. Para Lefebvre, a estrutura do espaço organizado não é uma estrutura autônoma com suas próprias leis de funcionamento e transformação, nem tampouco uma mera expressão da estrutura de classes emergindo das relações de produção. Ela é um componente, dialeticamente definido, das relações gerais de produção, que são simultaneamente sociais e espaciais. Entretanto, as relações (espaciais) de produção não são dissociadas das relações (sociais de produção), mas sim dialeticamente inseparáveis, num materialismo histórico-geográfico. Assim, a premissa de uma dialética sócio-espacial poderia ser encontrada na ideia de Lefebvre de que o espaço tanto expressa as relações sociais quanto reage diretamente sobre elas. Foi na obra *A produção do espaço* (2006), originalmente publicada em 1974, que Henri Lefebvre formulou com maior ousadia as suas teses relativas à problemática espacial, do que resulta a concepção de uma complexa e abrangente teoria do espaço social. Essa obra encerra também o momento da obra de Lefebvre mais direta e explicitamente voltada à exploração crítica das questões urbanas (e espaciais).

No *Prefácio* de 1985, Lefebvre (2006) coloca que seu objetivo naquela obra era considerar o espaço (social) não mais como fato da “natureza” ou da “cultura”, tampouco como um meio vazio e passivo (o espaço absoluto, ótico-geométrico, matemático, euclidiano-cartesiano-newtoniano), mas como produto que intervém na própria produção, e como principal aspecto da segunda natureza, efeito da ação das sociedades sobre a primeira natureza. Também em oposição à estrita tradição marxista, na qual o espaço social poderia ser considerado como uma superestrutura, Lefebvre argumenta que, assim como o tempo, o espaço não se situa a determinados “níveis” ou “planos” distinguidos e hierarquizados. O que não significa abandonar a abordagem marxista, mas, ao contrário, aprofundá-la, aportando-lhe novos conceitos.

Ainda no *Prefácio*, Lefebvre (2006) defende que a produção do espaço, ainda que não “dominante” no modo de produção, religa os aspectos da prática, coordenando-os, reunindo-os. O modo de produção produz, ao mesmo tempo, relações sociais e seu espaço, e é assim que ele se realiza, sem que haja correspondência exata entre as relações sociais e as relações espaciais. Se o espaço social intervém no modo de produção, ele também muda conforme mudam os modos de produção (e as sociedades). O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico, segundo a lógica da *simultaneidade*: justaposição na inteligência e na junção material de elementos. A obra, através da adoção do método *regressivo-progressivo*,

realiza um estudo “para trás” do espaço social na sua história, a partir do presente, remontando à sua gênese, para em seguida retornar sobre o atual para entrever o possível e o futuro.

No capítulo introdutório – *Propósito da obra* –, o autor (2006) procura situar a tese do espaço social em oposição às concepções do espaço enquanto “coisa mental” afastada do real, na filosofia e na matemática, ou às descrições fragmentadas da “ciência do espaço”, que chegam somente a inventariar o que há *no espaço*, mas jamais a um conhecimento *do espaço*. Essa “ciência do espaço” equivale ao emprego político do saber – integrando-o às forças produtivas –, implica uma ideologia que mascara seus usos e conflitos, e contém uma utopia tecnocrática, simulação do futuro nos marcos do real. Lefebvre chama a atenção para a influência do capitalismo nas questões práticas concernentes ao espaço: construção de imóveis, repartição de investimentos, divisão do trabalho no planeta os capitais fundiário, comercial e financeiro etc. O espaço não se situa no capitalismo como lugar passivo das relações sociais, mas se revela ativo (operatório e instrumental) ao exercício da hegemonia.

Segundo Lefebvre, por volta de 1910 o espaço comum ao bom sentido, aquele da perspectiva clássica e da geometria, euclidiano e perspectivo, se enfraquece em função de múltiplos choques e agressões. Lefebvre busca uma “teoria unitária” do espaço, capaz de engendrar uma unidade teórica entre campos separados: o espaço físico (da natureza e do cosmos), o mental (da lógica e da abstração formal) e o social. Superar a distância que separa o espaço “ideal” (das categorias mentais, lógico-matemáticas) do espaço “real” (da prática social). Enfim, sua pesquisa concerne ao espaço *lógico-epistemológico*, aquele que os fenômenos sensíveis ocupam, sem excluir o imaginário, as projeções, os símbolos e as utopias. Para tanto, resgata da economia política os conceitos de *produção* e de *produzir*, e anuncia a *produção do espaço* como conceito teórico e realidade prática, indissolivelmente ligados. Trata-se de passar dos *produtos* (descritos, enumerados) à *produção*. Para Lefebvre, o espaço (social) é um produto (social): ele é um meio de produção e de controle que escapa parcialmente aos que dele se servem. Assim, as forças sociais e políticas (estatistas) que o engendram tentam em vão controlá-lo. Esse espaço é abstrato, mas também real, concreto, instrumental. A especificidade desse espaço social surge quando ele não mais se confunde com o espaço mental (dos filósofos e matemáticos) e com o espaço físico (definido pelo prático-sensível e pela percepção da “natureza”). Ele tampouco se reduz a uma coleção de coisas ou a um vazio preenchido, a uma forma imposta à materialidade, na medida em que ele contém relações sociais. O que interessa é o espaço como totalidade ou globalidade, não reduzido às coisas localizadas no ou sobre o espaço.

A dissimulação do fato de que o espaço (social) é um produto (social) se dá sob duas ilusões, que se remetem e se reforçam mutuamente: a *ilusão da transparência* (o espaço do idealismo, da transcendência e do pensamento) e a *ilusão da opacidade*, ou ilusão realística (o espaço da naturalidade e da substancialidade, do materialismo mecanicista). A proposição de que o espaço é socialmente produzido tem certas implicações. O espaço-natureza (físico), espaço natural, se distancia, e a natureza comparece como matéria-

prima sobre a qual as forças produtivas de sociedades diversas produzem seu espaço. No espaço do capitalismo, três níveis se imbricam, o da *reprodução biológica* (a família), o da *reprodução da força de trabalho* (a classe operária como tal), e o da *reprodução das relações sociais de produção*. De acordo com Lefebvre, produzir um espaço social apropriado, no qual a sociedade geradora toma forma apresentando-se e representando, não se realiza num dia: trata-se de um processo. O espaço desempenha um papel decisivo nessa continuidade, e contém também certas representações dessa dupla ou tripla interferência de relações sociais (de produção e de reprodução). Ganha contorno assim uma importante triplicidade do espaço:

a) A *prática espacial*, que engloba produção e reprodução, e que assegura a continuidade numa relativa coesão. Ela secreta o espaço de uma sociedade, ela o produz, dominando-o e dele se apropriando. Corresponde ao *espaço percebido*, e no neo-capitalismo ela associa a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares separados do trabalho, da vida “privada” e dos lazeres). Como exemplo, Lefebvre afirma que a prática espacial “moderna” se define pela vida cotidiana de um habitante de um conjunto residencial no subúrbio.

b) As *representações do espaço*, ligadas à “ordem” das relações de produção, aos conhecimentos, aos signos e aos códigos. Correspondem ao *espaço concebido* dos cientistas, tecnocratas e urbanista, no qual as concepções espaciais tendem para um sistema de signos verbais elaborados intelectualmente. Trata-se do espaço dominante numa sociedade (num modo de produção). Elas são penetradas de saber (conhecimento e ideologia) sempre relativo e em transformação. Abstratas, elas entram na prática social e política.

c) Os *espaços de representação*, que apresentam simbolismos complexos, são ligados ao lado subterrâneo da vida social e à arte. Correspondem ao *espaço vivido* através de imagens e símbolos, espaço dos habitantes e usuários. Trata-se do espaço dominado, mas que a imaginação tenta modificar e apropriar, e que que tendem também para sistemas mais ou menos coerentes de signos não verbais. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história de um povo e de cada indivíduo. Eles têm um núcleo afetivo: o Ego, a cama, o quarto, a casa, a praça, a igreja, o cemitério. Eles contêm os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas. Refere-se assim a um espaço qualitativo, fluido e dinamizado, que por isso recebe as múltiplas denominações de direcional, situacional ou relacional.

A triplicidade percebido-concebido-vivido (espacialmente: prática do espaço – representações do espaço – espaços de representação), que supera o binarismo das relações a dois termos, não corresponde de nenhum modo a um modelo abstrato. Para Lefebvre, é imprescindível que o vivido, o concebido e o percebido sejam reunidos, de modo que o “sujeito”, membro de um determinado grupo social, possa passar de um a outro sem se perder. Os produtores do espaço agem segundo uma representação, enquanto os usuários suportam o que lhes é imposto, inserido ou justificado em seu espaço de representação. Pode-se supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação

intervêm diferentemente na produção do espaço, conforme suas qualidades e propriedades, conforme as sociedades, conforme as épocas. Desta forma, segundo Lefebvre, as relações entre esses três momentos – o percebido, o concebido e o vivido – nunca são simples ou estáveis.

No *Capítulo II – O espaço social*, Lefebvre (2006) aprofunda seu exame da produção do espaço. Para o autor, não há um espaço social, mas vários espaços sociais, uma multiplicidade indefinida. Tomados isoladamente, cada um é apenas uma abstração, mas eles existem “realmente” para redes e filiais, leques ou feixes de relações. Esses espaços sociais se compenetram e/ou se superpõem, já que não são coisas limitadas umas pelas outras, ou chocando-se por seu contorno e por sua inércia. Assim, as fronteiras visíveis (muros e cercas, em geral) aparentam uma separação entre espaços. O espaço social só pode ser compreendido segundo uma dupla determinação: conduzido pelos grandes movimentos, e atravessado pelos pequenos movimentos. O espaço social se afirma na sua hipercomplexidade: unidades individuais e particularidades, fixidades relativas, movimentos, fluxos e ondas, uns se compenetrando, outros se afrontando. Para Lefebvre, a forma do espaço social é o encontro, a simultaneidade, a reunião de tudo que há no espaço, de tudo que é produzido, seja pela natureza, seja pela sociedade.

Ao final do capítulo *O espaço contraditório*, Lefebvre (2006) apresenta a seguinte síntese quanto às características e à complexidade do conceito de *espaço social*:

a) figura entre as *forças produtivas* da mesma forma que a natureza inicial, que ele desloca e suplanta; b) aparece como um produto privilegiado, ora simplesmente consumido [...] como uma ampla mercadoria (viagens, lazeres), ora *consumido produtivamente* da mesma maneira que as máquinas, nas aglomerações urbanas [...]; c) demonstra-se *instrumental politicamente* permitindo o controle da sociedade, e ao mesmo tempo meio de produção por seu “ordenamento” [...]; d) sustenta a reprodução das relações de produção e de propriedade (propriedade do solo e do espaço, hierarquização dos lugares, organização das redes em função do capitalismo, estruturas de classe, exigências práticas.); e) equivale praticamente a um conjunto de superestruturas institucionais e ideológicas não apresentadas como tais: simbolismos, significações e sobre-significações [...]; f) contém as virtualidades, aquelas da obra e da reapropriação, sobre o modo da arte, mas sobretudo segundo as exigências do corpo [...] (seja espaço de uma contra-cultura, seja contra-espaço, ou alternativa primeiro utópica ao espaço “real” existente) (Lefebvre, 2006, págs. 309-310).

3. O espaço geográfico para Milton Santos

Para Corrêa (1994), a obra de Milton Santos está fortemente influenciada – mas não de forma exclusiva – pelo pensamento lefebvriano. Santos (1977) vai discutir que as categorias de modo de produção, formação sócio-econômica e espaço são interdependente. Deriva daí o seu conceito de formação sócio-espacial, que explicita teoricamente que uma sociedade só se concretiza através do espaço por ela produzido, e que esse espaço só é

compreensível através da sociedade. Ou seja, espaço e sociedade não podem ser entendidos como coisas separadas, reunidas *a posteriori*. Santos (1978) vai considerar o espaço como fator social, instância da sociedade, e não mero reflexo social. É subordinado-subordinante, submetido à totalidade, mas dotado de certa autonomia. O espaço do homem condiciona então a sociedade, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social. Ainda para Santos (1985), o espaço deve ser analisado a partir das categorias estrutura, processo, função e forma, considerados como termos disjuntivos associados em suas relações dialéticas.

No texto *O retorno do território* (1994), Milton Santos considera que o uso do território, e não o território em si, é que faz dele objeto de análise social. Para o autor, carregamos ainda hoje uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros. Em oposição, defende que o território é uma forma impura e híbrida, e que merece constante revisão histórica. O que ele teria de permanente seria o fato de ser sempre o quadro de vida humana. Para Santos, passamos da antiga comunhão individual dos lugares ao Universo à comunhão global: a nova realidade do território é a interdependência universal dos lugares. Nesse processo, o Estado-Nação foi um marco na entronização da noção jurídico-política do território. O território era o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o subordinava e o moldava. Hoje, a antiga noção de Estado Territorial dá lugar à noção pós-moderna de transnacionalização do território. Ainda assim, deve-se considerar que, se antes nem todo o território era “estatizado”, hoje nem todo o território é estritamente “transnacionalizado”. Daí o retorno do território, tese defendida pelo autor: mesmo nos lugares mais atravessados pelos vetores de mundialização, o território habitado pode criar novas sinergias e impor uma revanche ao mundo. O território são formas, mas o território usado, sinônimo de espaço humano e habitado, são objetos e ações.

Para Santos (1994), esta nova realidade comporta também novos recortes e novos modos de funcionamento do território, chamados de horizontalidades e verticalidades, para além da velha categoria região. As horizontalidades constituem o domínio da contiguidade, dos lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial. Já as verticalidades são formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas de processos sociais. Mas para além da realidade nova das redes – uma parte do espaço –, o autor defende a retomada do conceito de espaço banal de François Perroux, o espaço de todos, todo o espaço. Assim, o território pode hoje ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. Mas são sempre os mesmos lugares, mas que contém simultaneamente funcionalizações diferentes, até mesmo opostas. Trata-se da contraposição entre o espaço banal de todos e o espaço de alguns das redes.

Na obra *A natureza do espaço*, originalmente publicado em 1996, Milton Santos (2009) procede à elaboração de uma teoria unitária do espaço geográfico, entendido como o objeto próprio de trabalho da Geografia. Para tanto, o autor realiza um esforço de compreensão ontológica (*de dentro*) do espaço, o que lhe permite identificar a natureza do espaço, assim como encontrar as categorias e instrumentos de análise para apreendê-lo como ente analítico

independente. Partindo da definição do espaço como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, o autor reconhece como suas categorias analíticas internas a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Identifica também as questões referentes aos recortes espaciais: região, lugar, redes e escalas. Trata também de conceitos constitutivos e operacionais, como a realidade do meio com seus diversos conteúdos em artifício, a racionalidade do espaço a partir da emergência das redes e da globalização, o conteúdo geográfico do cotidiano, e a ordem mundial e ordem local. Para o autor, é a centralidade da técnica que reúne as categorias internas e externas de análise do espaço.

Na primeira parte do livro, Milton Santos (2009) explora as noções fundadoras do ser do espaço: a técnica, o tempo, a intencionalidade, materializados nos objetos e ações. O Capítulo 1 – *As Técnicas, o Tempo e o Espaço Geográfico* – trata da natureza do papel das técnicas, que, para o autor, são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza a sua vida e produz espaço. A técnica constitui assim a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou entre o homem e o meio. Após realizar um inventário de estudos acerca das técnicas para demonstrar a negligência com as mesmas nos estudos geográficos, como se elas não fossem constitutivas do território, o autor argumenta que se deva considerar a própria técnica como um meio. Então, cada novo objeto é apropriado de um modo específico pelo espaço preexistente. É o espaço que redefine os objetos técnicos, ao incluí-los num conjunto coerente (um meio) onde a contiguidade os obriga a agir solidariamente. Em oposição ao dualismo de um meio técnico e de um meio geográfico, Santos considera que só há o meio geográfico, ao qual a técnica se incorpora, e que historicamente evoluiu de um meio natural para um meio técnico-científico-informacional. Como as técnicas se propagam desigualmente, num mesmo pedaço de território podem conviver subsistemas técnicos provenientes de épocas diversas. Destarte, as técnicas permitem que se considere o espaço como fenômeno histórico a geografizar.

Acerca da difícil relação entre tempo e espaço, Santos (2009) propõem que se trabalhe com o tempo empiricizado, tornado material e assimilado ao espaço, cuja existência não prescinde de uma materialidade. É por intermédio das técnicas que o homem, no trabalho, realiza essa união entre tempo e espaço, já que as mesmas são datadas e são uma medida do tempo, seja no espaço do trabalho (produção) ou no espaço da distância (circulação). O autor argumenta que só é possível falar da “idade” geográfica de um lugar a partir da datação da sua materialidade artificial, por intermédio das técnicas. Mas a idade das técnicas não seria dada pela data de sua concepção científica, mas pela história da sua incorporação à vida (e ao uso) de uma sociedade. O autor considera também que os lugares redefinem as técnicas, na medida em que cada objeto ou ação que se insere em um meio preexistente tem seu valor modificado pelo funcionamento do conjunto. É assim que se constitui o tempo do lugar.

O Capítulo 2 – *O Espaço: Sistemas de Objetos, Sistemas de Ações* –, trata do movimento da produção e da vida, através dos objetos e das ações. O autor recupera formulações próprias anteriores, como a noção do espaço

como sistema de fixos e fluxos, e as relações entre configuração territorial e relações sociais. Mas ressalta a distinção entre a configuração territorial – ou geográfica –, entendida como materialidade, e o espaço, que reúne essa materialidade mais a vida – as relações sociais – que a anima. Santos afirma que o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, e que o espaço de hoje é cada vez mais formado por objetos e ações artificiais. Ao mesmo tempo em que o sistema de objetos condiciona a forma como se dão as ações, o sistema de ações leva à criação de novos objetos ou se realiza sobre os objetos preexistentes: reside nessa interação a dinâmica de transformação do espaço.

Os objetos são definidos como coisas cuja utilização pelos homens se dá a partir de um conjunto de intenções sociais. Mas eles não funcionam isoladamente: daí a necessidade de se falar de sistema de objetos. Para Santos (2009), os objetos que interessam à Geografia podem ser tanto móveis quanto imóveis, sendo do domínio tanto da Geografia Física quanto da Humana. Os objetos geográficos são tudo o que existe na superfície da Terra, herança da história natural e do resultado da ação humana objetivada. Eles são esse extenso, essa objetividade, que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida. Deste modo, os objetos geográficos são obrigatoriamente contínuos, e o espaço dos geógrafos deve levar em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua, na medida em que os objetos constituem sistemas, e não meras coleções. É dispensável a procura por um objeto com existência separada, um objeto geográfico em si. O que interessa é tratar geograficamente os objetos encontrados, partindo-se da utilização das categorias analíticas e de conceitos derivados. Assim, pode-se falar que o significado e valor geográfico dos objetos vêm do papel que eles desempenham no processo social pelo fato de estarem em contiguidade, formando uma extensão contínua, e sistematicamente articulados.

Já a ação deve ser compreendida como processo dotado de propósito, um comportamento orientado a um fim. Só ao homem cabe a ação, já que a natureza é cega e não tem futuro. Santos chama de alienação regional ao fato das ações serem cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar, em função da crescente separação entre a escala de comando e a escala de realização da ação. Distinguem-se também os atores que decidem (governos, empresas multinacionais etc.) dos atores que não tem muita possibilidade de decisão, particularmente quanto às ações racionais por via do instrumento, assentadas sobre os objetos técnicos. O autor distingue então entre três formas de agir: técnico, formal e simbólico, através do qual se dá o cotidiano. As ações são resultantes de necessidades, naturais ou criadas, e que levam a funções. Essas funções, realizadas através de formas sociais, conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas. Por fim, Santos considera que objeto e ação, materialidade e evento, devem ser sempre tratados unitariamente, e que eles não se geografizam indiferentemente à relação entre o valor da ação e o valor do lugar.

O Capítulo 3 – *O Espaço Geográfico, um Híbrido* – apresenta a produção e reprodução do espaço, com a sucessão interminável das formas-conteúdo, como o traço

dinâmico central de uma ontologia espacial. Partindo da noção de intencionalidade como um movimento consciente e voluntário do agente na direção das coisas, Santos associa a intencionalidade da ação à intencionalidade do objeto, mas lembra que os resultados da ação humana não dependem apenas da decisão racional. Segundo o autor, a evolução que marca as etapas do processo de trabalho e das relações sociais marca também o espaço geográfico. Como cada padrão espacial é tanto morfológico quanto funcional, um novo padrão pode se dar sem que os objetos sejam outros ou mudem de lugar, já que um mesmo objeto varia sua significação e valor ao longo do tempo, conforme o sistema de técnicas e o meio geográfico no qual ele está inscrito. Dessa forma, pode-se afirmar que uma coisa não pode existir à parte do contexto, ou do espaço geográfico, que é sempre total e jamais homogêneo.

Santos (2009) recorre à noção de conceitos híbridos de Bruno Latour, em oposição aos conceitos puros e dualistas da modernidade, para avançar na construção epistemológica do espaço. Recupera a sua noção de forma-conteúdo, correspondente às ideias de mistos ou híbridos, na qual a forma não existe sem seu conteúdo, e vice versa. O autor procede, finalmente, à distinção epistemológica entre paisagem e espaço. Enquanto a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza, o espaço são essas formas mais a vida que as anima. A paisagem seria a porção visualmente abarcável da configuração territorial, conjunto de elementos naturais e artificiais que caracterizam fisicamente uma área. O espaço resulta da intrusão da sociedade, das suas necessidades e funções atuais, nas formas-conteúdo atuais ou herdadas do passado. Assim, o espaço é tanto formado pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, quanto animado pelas ações atuais que lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Assim, os movimentos da sociedade, ao atribuírem às formas geográficas novas funções, transformam a organização do espaço. Essas formas, tornadas formas-conteúdo, participam então de uma dialética com a sociedade. Somente a sociedade anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo. Apenas a forma utilizada, tornada forma-conteúdo, constitui o espaço. Na medida em que não existe dialética possível entre formas, a dialética que se dá é sempre entre sociedade e espaço (e não paisagem), já que a sociedade está agindo sobre ela mesma, e não sobre a sua materialidade exclusivamente. O espaço é, enfim, essa síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais.

4. O território para Rogério Haesbaert

Na obra *O mito da desterritorialização*, originalmente publicada em 2004, Rogério Haesbaert (2012) argumenta que não há uma definição conceitual clara de “território” nos debates acerca da desterritorialização, entendida sempre numa relação dicotômica em relação à (re)territorialização, e associada sobretudo à predominância das redes (como opostas aos territórios). O autor defende que o que muitos chamam de desterritorialização corresponderia na verdade à intensificação da territorialização no sentido de uma

“multiterritorialidade”, entendida como processo simultâneo de criação e destruição de territórios em diferentes modalidades (territórios-zona e territórios-rede), múltiplas escalas espaciais e novas formas de articulação territorial.

No *Capítulo 2*, Haesbaert (2012) procura discutir as diversas concepções de território. Num esforço de síntese dessas várias concepções, o autor propõe agrupá-las entre quatro vertentes básicas: 1) política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas), em que o território corresponde a um espaço delimitado e controlado e através do qual se exerce um determinado poder; 2) cultural ou simbólico-cultural, em que o território é entendido como produto da apropriação/valorização simbólica e subjetiva de um grupo em relação ao seu espaço vivido; 3) econômica, na qual o território comparece como fonte de recursos, forças produtivas, e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho; 4) naturalista, fundada na ideia do território a partir das relações entre sociedade e natureza e do comportamento “natural” do homem em relação ao seu meio físico. Todavia, o autor considera que, para organizar o raciocínio em termos mais amplos e a partir de uma fundamentação filosófica, é necessário discutir a conceitualização de território segundo duas perspectivas: a) o binômio materialismo-idealismo (que se desdobra nas visões parciais e nas integradoras do território); e b) o binômio espaço-tempo (em dois sentidos, quanto ao seu caráter absoluto ou relacional, e quanto à sua historicidade e geograficidade). Segundo Haesbaert, no entrecruzamento contemporâneo de múltiplas vertentes teóricas, questiona-se cada vez mais a dicotomia material/ideal, e o território é entendido como envolvendo ao mesmo tempo a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico”.

Partindo-se do entendimento ontológico do território (como realidade efetivamente existente), e não de um sentido meramente epistemológico (como instrumento de análise), Haesbaert (2012) considera que se pode defini-lo tanto como realidade físico-material ou como realidade “ideal”. Nos extremos das posições materialistas, encontram-se, de um lado, as posições “naturalistas” (nas quais qual a territorialidade humana é moldada por comportamentos instintivos ou geneticamente determinados), e, no outro lado, as posições “sociais” e marxistas (em que o território comparece como base material das relações sociais). O autor destaca então as posições materialistas em três perspectivas: naturalista, econômica e política. A concepção naturalista pode ser entendida tanto a partir da do comportamento animal ou da relação da sociedade com a dinâmica da natureza. Apesar de muito criticada pelo determinismo ambiental, pela naturalização das relações sociais e pelas analogias automáticas entre o comportamento animal e o humano, a dimensão “natural” do território, muitas vezes negligenciada, mantém a sua importância, principalmente se parte-se da perspectiva de um hibridismo (e não dualidade) entre sociedade e natureza.

Na concepção original de base econômica, o território é entendido como área “defendida” em função da disponibilidade de recursos indispensáveis à reprodução

social de certo grupo. Hoje, essa concepção está cada vez mais distante da realidade da maior parte das sociedades do planeta, ainda que não totalmente superada. Milton Santos apresenta uma importante contribuição à concepção econômico-materialista de território, considerando não o “território em si”, mas sim o “território usado”, particularmente em termos de funções econômicas e da incorporação das técnicas ao território. Para Santos, a ideia de território usado se confunde com a de espaço geográfico enquanto sistemas de objetos (conjunto de forças produtivas) e de ações (relações sociais de produção) (HAESBAERT, 2012).

Já a tradição jurídico-política do território, que não se restringe à materialidade das relações sociais, desenvolveu-se principalmente no âmbito da Geografia Política. As bases dessa perspectiva foram desenvolvidas por Friedrich Ratzel, que estabeleceu a vinculação entre território e os fundamentos materiais do Estado moderno, partindo da ideia do “espaço vital” como desdobramento da natureza biológica do homem. O território corresponderia assim ao espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano e definido pelo controle político, e o “espaço vital” ao espaço ótimo – em termos dos recursos disponíveis – para reprodução de um grupo social ou de uma civilização. Já Jean Gottman definiu o território como um compartimento do espaço politicamente distinto que se manifesta como uma entidade jurídica, administrativa e política. Ainda na perspectiva política, Haesbaert reafirma a importância da ideia de defesa, a partir da qual o território é definido como o espaço que as pessoas defendem pela exclusão e inclusão seletiva de algumas atividades. De forma geral, o autor (2012) ressalta que parece haver um consenso de que a dimensão política, para além da perspectiva jurídica e estatal, e partindo-se de um entendimento mais amplo e relacional de poder, é a que melhor responde pela conceitualização do território.

Já nas perspectivas idealistas, que tiveram múltiplas contribuições da Antropologia, o território é entendido como um signo cujo significado só é compreensível a partir dos códigos culturais nos quais ele se inscreve. Trata-se assim de um território “socializado e culturalizado”, que se interpõem como significado entre o homem e o seu meio natural. O território pode então ser conceituado como um espaço intensamente apropriado de forma simbólico-religiosa. Haesbaert ressalta que, nessa concepção, a ideia de territorialidade – como a dimensão simbólica do território – tem mais força do que o próprio conceito de território.

Após explorar essas perspectivas parciais e fragmentadas do território, Haesbaert discute a possibilidade de uma perspectiva integradora entre as diversas dimensões (econômica, política, cultural, natural etc.), e do território vir assumir o papel de conceito integrador da Geografia, à semelhança do que fora a região. Existiriam, então, duas possibilidades: ou se admite a existência de vários tipos de territórios coexistindo no mundo contemporâneo, cada um constituído conforme sua dinâmica própria de controle e/ou apropriação do espaço, ou se trabalha com a ideia da construção do território numa perspectiva integradora/totalizante. Abrem-se assim três perspectivas distintas: a) o território como área de relações de poder relativamente homogêneas; b) o território como rede,

centrado no movimento e na conexão; 3) enfim, o território como um híbrido entre mundo material e ideal e entre natureza e sociedade.

Na opinião do autor (2012), só se poderia falar hoje de uma “experiência integrada” do espaço através da sua articulação (em rede) em múltiplas escalas, muitas vezes do local ao global. Dessa forma, o território poderia ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações político-econômicas ao poder mais simbólico das relações de ordem cultural.

Haesbaert (2012) se propõem a discutir as visões relacionais de território a partir das obras de Sack e Raffestin. O sentido relacional do território refere-se à sua concepção em termos de relações social-históricas ou relações de poder, e das relações entre processos sociais e espaço material. Nesse sentido, o território não pode ser reduzido aos seus atributos tradicionais de enraizamento, estabilidade, delimitação e fronteira. Sack define a territorialidade como o controle de um grupo e/ou de um indivíduo sobre uma área com o intuito de influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos. Nas perspectivas relacionais, entende-se o poder não apenas a partir da dimensão material das relações sociais, mas também da dimensão simbólica das representações (Bourdieu), ou das ideias de Foucault de que o poder não é um objeto ou uma coisa, mas uma relação que, ainda que desigual, não tem um “centro” unitário de onde emanaria este poder (como o Estado nas posições marxistas). É nesse sentido que Raffestin vai entender o território como a “prisão” que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, e dotado de significado.

O autor (2009) confere à expressão “territorialidade” seu sentido mais amplo, que não reduzindo-a necessariamente a uma territorialização concretamente realizada. Deste modo, embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato-epistemológico quanto na dimensão real simbólica), nem toda territorialidade possui um território (no sentido de sua efetivação material). Mesmo que toda territorialização conjugue processos concreto-funcionais (processos de “dominação” no sentido lefebvriano) e simbólico-identitários (processos de “apropriação”), nem todo território necessita ter uma preponderante “carga simbólico-identitária” na sua constituição.

Configura-se assim o território como uma *mediação espacial do poder* (HAESBAERT, 2012). O autor recorre à distinção entre dominação e apropriação do espaço, estabelecida por Henri Lefebvre. Logo, o território desdobra-se num *continuum* que vai da dominação político-econômica mais funcional à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica”. Territorializar significa, enfim, criar mediações espaciais que proporcionam poder (multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de dominação e/ou de apropriação) sobre a reprodução dos indivíduos e grupos sociais.

5. Interseções e desencontros conceituais

Haesbaert (2009) coloca que uma das questões centrais na discussão teórica da geografia refere-se ao nível de abrangência de um conceito diante da construção de outros, ou à elaboração conceitual frente a uma “constelação” de conceitos. Para o autor, a natureza fundamental dos conceitos não se encontra na sua distinção frente a outros conceitos, como quer a lógica formal positivista. A “identidade” de um conceito não se definiria simplesmente pela concepção de um “outro” ao qual ele se impõe, mas pela própria definição que lhe é concedida por este outro – ou seja, na sua interação. Nesse sentido, Haesbaert defende que as “identidades” conceituais devam ser trabalhadas através das suas fronteiras, nos limiares e nas interseções que desafiam recortes estanques. Um conceito deve sempre ser lido dentro de um amálgama ou de uma “constelação” de conceitos, que podem compor um sistema ou uma teoria geral: assim, ele adquire a sua consistência na sua relação com os demais, e não isoladamente.

Na reflexão de Haesbaert (2009), se a geografia for entendida como a disciplina focada na dimensão espacial da sociedade, seu “conceito” ou “categoria” central deve ser o espaço, e não a região ou o território. Entretanto, trata-se de um pressuposto que nem sempre foi verdadeiro: o conceito de espaço só ganhou primazia no conhecimento geográfico após a revolução teórico-quantitativa que tomou o campo nas décadas de 1950 e 1960. Ainda que o espaço, nessa vertente neopositivista, tenha sido concebido numa visão abstrata, idealista e matemática, em oposição ao empirismo materialista da geografia regional tradicional, ele já incorporava a ideia de relação, movimento e de processo, configurando assim um “espaço relativo” e não “absoluto”.

A geografia crítica acrescentou as estas leituras absoluta (o espaço como uma “coisa em si” independente da matéria) ou relativa (o espaço como relação entre os objetos) a noção do espaço relacional, que para David Harvey (2006) se define como aquele espaço contido nos objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com os outros objetos. Harvey apresenta também uma importante distinção, a partir do pensamento de Leibniz, entre o espaço como a ordem das coisas em sua coexistência/simultaneidade, e o tempo como a ordem das coisas em sua sucessão. Entretanto, mais importante do que as distinções, seria a ideia de que o espaço não é nem absoluto, relativo ou relacional em si mesmo, mas se transforma em um ou outro, conforme as circunstâncias.

Soja (1989), apoiado em Lefebvre, acredita que é necessário diferenciar o espaço *per se* como um dado, e o espaço socialmente produzido. Destarte, o espaço físico não pode servir como fundamentação epistemológica para o entendimento concreto e subjetivo da espacialidade humana. Lefebvre (2006) distingue entre a Natureza como um contexto dado e uma “segunda natureza” socialmente transformada através do trabalho humano, objeto da análise geográfica numa perspectiva do materialismo histórico. O espaço não é um objeto científico removido da ideologia e da política, já que sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aura de neutralidade, racionalidade e de formalidade, é porque ele tem sido moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas sempre como um processo político.

Já o território, segundo a definição do *Dictionary of Human Geography* (1994, apud SPOSITO, 2004), descreve uma porção do espaço social ocupado e utilizado por diferentes grupos sociais, ou o campo de forças exercitado pelas instituições dominantes sobre o espaço. Tradicionalmente, refere-se à base geográfica de um Estado, sobre o qual ele exerce sua soberania. Esse conceito de território, que tem origem na geografia política e no conceito de “espaço vital” de Ratzel, refere-se geralmente a uma circunscrição do espaço através do poder. Não obstante, é um conceito que vem retomando importância na geografia crítica mais contemporânea, na medida em que permite pensar as relações territorializadas de poder que estruturam o espaço social geral/total. Aos territórios correspondem grupos e/ou classes sociais que produzem e/ou se apropriam do espaço a partir de múltiplas relações de poder. Já no âmbito da geografia humanista, o território é reconhecido a partir das identidades compartilhadas e relações de pertencimento, confundindo-se muitas vezes com o conceito de lugar.

O território pode então ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem cultural, não sendo possível conceber territórios puros (HAESBAERT, 2012). Abre-se um paralelo aqui com o conceito do espaço social de Lefebvre (2006), que se situa igualmente entre o espaço físico (da materialidade) e o espaço mental (da abstração), não se confundindo com eles. Mas também no desdobrar do território em prática espacial (o espaço percebido), em espaços de representação (espaço concebido) e em representações do espaço (espaço vivido). Nessa leitura, o que aproximaria os conceitos de território em Haesbaert e de espaço social em Lefebvre seria a dimensão política que os perpassa. Ainda que Haesbaert parta da dimensão relacional do “micropoder” de Foucault, e Lefebvre de uma concepção marxista no qual o poder emana eminentemente de uma autoridade superior, como o Estado, é inegável o reconhecimento de que território e espaço social são constituídos a partir de relações de poder. Já o espaço geográfico (território usado) de Milton Santos (2009) caracteriza-se pela sua materialidade (não se reduzindo à abstração matemática), mas extrapola essa mesma materialidade ao incorporar a dimensão social. Entretanto, a dimensão política e das relações de poder não se explicita na sua constituição conceitual.

É possível traçar uma breve caracterização dos conceitos aqui trabalhadas segundo quatro dimensões, ou níveis, da realidade: política, econômica, cultural e natural. Quanto à dimensão política, o espaço social de Lefebvre é meio de controle da sociedade pelo Estado, é instrumento de exercício da hegemonia. O conceito de espaço geográfico (ou território usado) de Milton Santos comporta atores decisórios (governos e empresas) articulados verticalmente em redes, e atores que não decidem, horizontalmente organizados em contiguidade territorial. Já o conceito de território, desenvolvido por Haesbaert, é espaço delimitado e controlado através do qual se exerce determinado poder. Aqui, o sentido político vai além da perspectiva jurídica e estatal. Já na dimensão econômica, o espaço social é *locus* de reprodução da sociedade, é força produtiva, é produto consumido como mercadoria, mas também produtivamente.

Já para Milton Santos, o território usado incorpora técnicas e expressa principalmente funções econômicas. Além disso, está subentendida na definição materialista do espaço os sistemas de objetos como forças produtivas e os sistemas de ações como relações sociais. A perspectiva econômica de território por Haesbaert enfatiza seu sentido como fonte de recursos indispensáveis à reprodução social, ou como força produtiva.

Quanto à dimensão cultural, Lefebvre considera que o espaço social contém as virtualidades da obra e da reapropriação, sendo também carregado de simbolismos e significações. Já Milton Santos vai discutir a força do lugar e a dimensão espacial do cotidiano como importantes elementos da ordem local. Haesbaert enfatiza o território também com produto de apropriação/valorização simbólica e subjetiva em relação ao seu espaço de vida. Por fim, no que se refere à dimensão natural/ambiental, o espaço social lefebvriano se distancia do espaço-natureza físico, na medida em que a natureza vai sendo incorporada como matéria-prima no processo de produção do espaço. Para Milton Santos, a paisagem exprime as heranças passadas entre sociedade e natureza, enquanto o espaço geográfico são essas formas espaciais mais a vida social presente. No âmbito dos debates da geografia, Haesbaert considera que o território, sob o ponto de vista naturalista mais tradicional, é definido em termos dos comportamentos instintivos ou geneticamente determinados dos homens. Entretanto, o autor parte de uma perspectiva mais contemporânea de hibridismo e não dualidade entre sociedade e natureza, e reconhece a importância da dimensão natural na constituição territorial.

Na construção da sua teoria da produção do espaço social, Lefebvre (2006) não propõe uma categorização do espaço. A triplicidade espaço percebido- concebido-vivido procura dar conta de abarcar a multiplicidade característica do espaço social, mas não pode ser reduzida a categorias de análise do real. Assim, há uma impossibilidade epistemológica de se transformar os *insights* teóricos de Lefebvre em categorias formais de análise que serviriam para segmentar e cartografar o espaço social. Nesse sentido, enquanto o conceito de espaço social de Lefebvre ilumina e enriquece uma problematização crítica de qualquer abordagem espacial da sociedade, o conceito de espaço geográfico de Milton Santos se presta melhor aos afazeres da análise científica, na medida em que pode ser desdobrado em categorias analíticas, tais como: paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, e formas-conteúdo. Já o conceito de território pressupõe uma forma de apropriação do espaço a partir de relações de poder. Nesse sentido, é um conceito-chave para a geografia crítica que parte de uma circunscrição do espaço social a partir da problemática de caráter político, permitindo assim análises mais sofisticadas dos processos de territorialização no espaço.

Segundo Eliseu Sposito (2004), o espaço comparece ora como categoria permanente e universal, ora como objeto social, em que ele é coisificado na sua constituição como conceito. Haesbaert (2009) discute em que medida os conceitos de espaço e território, frequentemente utilizados como sinônimos quando da referência à dimensão geográfica dos fenômenos sociais, devem ser tratados como concepções distintas. O autor cita a obra de Raffestin, para

quem o espaço está mais próximo de uma “noção”, enquanto o território de um “conceito” que permitiria maior precisão na formalização e/ou na quantificação. Assim, espaço e território não seriam equivalentes, o primeiro antecedendo o segundo. Ainda para Raffestin, a “territorialização” do espaço se dá mediante os processos de apropriação concreta ou simbólica. O espaço, numa visão materialista, corresponde à realidade material preexistente, uma matéria-prima dada. Nesse sentido, o território é uma produção a partir do espaço. Todavia, para Lefebvre o espaço é também produzido socialmente, não se tratando de um dado *a priori*, uma “primeira natureza” sobre o qual se desdobra o trabalho humano.

Para Haesbaert (2009), ainda que espaço e território sejam distintos, eles não podem jamais ser separados, na medida em que sem espaço não há território: o espaço não como um outro tipo de “recorte” ou “objeto empírico” (como expresso na noção de “matéria prima preexistente” ainda não apropriada), mas, num olhar mais epistemológico, como um outro nível de reflexão mais amplo e abstrato, e cuja “problemática” se confunde com a dimensão espacial da sociedade. Nessa abordagem, ao território caberia um foco na espacialidade das relações de poder.

Talvez pudéssemos afirmar, de maneira mais simples, que assim como o espaço é a expressão de uma dimensão da sociedade, em sentido amplo, priorizando os processos em sua coexistência/simultaneidade (incorporando aí, obviamente, a própria transformação da natureza), o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, na “dimensão”, ou melhor, nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas (HAESBAERT, 2009, p. v.).

6. Considerações finais

Não se buscou traduzir aqui fielmente “o que é” o espaço e o território, mas de discutir o seu devir, ou seja, em que problemáticas estão envolvidas as concepções de território e espaço acionadas e/ou produzidas, dentro de uma “constelação” de conceitos. Um conceito, mais do que uma representação, é também em si uma realidade (ou um “acontecimento”, no sentido que lhe é conferido por Gilles Deleuze), na medida em que ele não apenas “traduz” ou “representa” a realidade, mas, da mesma forma e concomitantemente, produz realidades: trata-se assim de um instrumento de criação, ou de *devir*. O conceito entra assim na própria produção do real que ele diz representar. O real é sempre uma construção, dentro do jogo indissociável entre os campos ideal e material, objetivo e subjetivo. O que define cada conceito é então a problemática à qual está ligado e a perspectiva teórica no qual ele se insere (Haesbaert, 2009).

Como visto, o espaço receptáculo e absoluto da geografia clássica (o conjunto indissociável de pontos com existência em si, de que falava Hartshorne) e o espaço euclidiano da geografia teórica (isotrópico, bidimensional e quantificável) dão lugar, na geografia crítica, ao *espaço social*, totalidade repleta de contradições, ao *espaço geográfico*, materialidade animada pela vida social, ao

território, mediação espacial do poder a partir de múltiplos processos de dominação e/ou apropriação do espaço. Destarte, os conceitos de *espaço social*, *espaço geográfico* e *território*, mais do que concorrentes e excludentes entre si, conformam suas potências explicativas através de aproximações e interseções, na simultânea representação e produção do mundo.

REFERÊNCIAS

- [1] CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.
- [2] CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L.. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- [3] HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004/2012.
- [4] HAESBAERT, R. Território e região numa “constelação” de conceitos. In: MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SAHR, C. L.; SILVA, M. Da. (orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAM, 2009.
- [5] HARVEY, D. Space as a keyword. In: Castree, N. e Gregory, D. (org.). **David Harvey: a critical reader**. Malden e Oxford: Blackwell, 2006.
- [6] LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: **La production de l'espace**. 4º Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.
- [7] SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4º ed. São Paulo: EDUSP, 1996/2009.
- [8] SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- [9] SANTOS, M. O retorno do território. In: Santos, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L.; (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, Anpur: 1994.
- [10] SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- [11] SANTOS, M. Society and space: social formation as theory and method. In: **Antipode**. Worcester 9 (1). 1977.
- [12] SOJA, E. W. **Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory**. London ; New York: Verso, 1989.
- [13] SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

Space and territory: a debate around key concepts coming from critical geography

João Bosco Moura Tonucci Filho¹

¹ Economist, M.Sc in Architecture (USP) Graduate Student in Geography (UFMG).

Abstract: This paper aims to discuss the possible similarities and distinctions between space and territory, two key concepts of critical geography, often used interchangeably when regarded as a reference to the geographical dimension of social phenomena. For this, are presented and discussed the concepts of *social space* to Henri Lefebvre, *geographical space* (or *used territory*) to Milton Santos, and *territory* to Rogério Haesbaert. From a comparative approach between the three theoretical and conceptual formulations, we seek to show the agreement and disagreement between the authors, and possible intersections and distinctions between these concepts. It is considered that the concepts of space and territory, formulated in a critical perspective, are increasingly central to the understanding of the contemporary world.

Keywords: Critical Geography, Social Space, Geographical Space, Territory.

Informações sobre os autores

João Bosco Moura Tonucci Filho (UFMG)

Endereço para correspondência: Av. Antônio Carlos, 6627. Pampulha. Belo Horizonte, Minas Gerais. Brasil. CEP: 31270-901.

Email: jontonucci@gmail.com

Link para currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1814079278350942>

Artigo Recebido em: 15-06-2013

Artigo Aprovado em: 14-07-2013